



Economia feminista e agroecologia: desafios e propostas para a assessoria e acompanhamento processual aos grupos de mulheres rurais

Em outubro de 2014, a Rede Economia e Feminismo (REF) organizou um espaço de reflexão coletiva sobre a assessoria e o acompanhamento processual que suas integrantes/organizações realizam especialmente com grupos de mulheres rurais.

Sistematizamos neste documento os acúmulos desse espaço, que tomou como referência a visão teórica e política da economia feminista e da agroecologia, assim como a estratégia de auto-organização das mulheres. A reflexão também buscou reunir elementos para avançar nas elaborações e propostas feministas para a política pública de ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural).

As organizações se referem ao trabalho que no marco das instituições públicas se denomina ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural) como **assessoria** ou **acompanhamento** processual aos grupos para explicitar a integração entre técnico e político e o intercâmbio e a produção de novas sínteses. No âmbito ANA a expressão utilizada é construção do conhecimento agroecológico.

O pressuposto é reconhecer que existe uma desigualdade de gênero e que a ação pode contribuir para transformá-la. Portanto parte de uma descrição das relações de gênero para uma ação política que se organiza no **feminismo**. A opção pela **agroecologia** implica não só em práticas agropecuárias que favorecem a diversificação, a autonomia frente ao mercado, o equilíbrio no manejo de terra, água, plantas, animais; mas também as relações sociais em

que estas práticas se realizam e em particular o conhecimento das pessoas que as desempenham.

A **divisão sexual do trabalho** entre produção e reprodução é percebida como o que está em jogo nas relações sociais, e não somente como se fora uma divisão entre trabalhos complementares. Isto implica visibilizar o trabalho realizado pelas mulheres no âmbito da produção, mas também o trabalho reprodutivo, considerado doméstico. Isto tem sido feito pela dinâmica de usos do tempo nos diagnósticos das unidades de produção e por considerar o quintal como um espaço produtivo e objeto de políticas. O lugar das mulheres na divisão sexual do trabalho lhes permitiu desenvolver uma série de conhecimentos como por exemplo, a relação entre plantas (alelopatia), entre plantas e solo (etnopedologia) ou de usos terapêuticos das plantas (fitoterapia).

Reconhecer o tempo e o espaço de trabalho das mulheres não significa restringir as mulheres aos mesmos. Valoriza-se o trabalho e a contribuição econômica da produção para o auto-consumo, em geral protagonizada pelas mulheres, ao mesmo tempo em que se busca abrir possibilidades para que elas produzam para os mercados, sobretudo locais, e tenham acesso a renda monetária. Instrumentos como a caderneta agroecológica permitem que as mulheres quantifiquem o destino do que produziram (auto-consumo, doação, troca, venda), dimensionem o tempo e os esforços que dedicam a cada um deles e como planejá-los. Ao mesmo tempo, temos que avançar nas estratégias pra redistribuir, reorganizar o trabalho da reprodução, sobretudo na relação com os homens. Quando as mulheres experimentar sair de casa por mais de dois dias o impacto é grande e a mudança no envolvimento dos outros membros da família tende a permanecer.

Organizar as demandas de socialização do trabalho doméstico por meio de políticas públicas é parte da assessoria aos grupos. A demanda por creche, educação infantil e jornadas escolares com períodos mais longos tem se ampliado e se insere na luta por educação no campo. A organização de atividades com as crianças durante a realização de atividades de assessoria em que as mães participam permite envolver mulheres com filhos pequenos. O fato de ser um trabalho remunerado contribui para que a comunidade perceba o cuidado das crianças como trabalho. Além de permitir compreender a importância para as crianças que se envolvem na dinâmica como sujeitos e coloca a discussão de que tipo de creche educação infantil queremos para o campo e para aquela comunidade.

Mulheres com **autonomia** e como **sujeitos políticos** é um pressuposto e um objetivo das assessorias. Isto implica confrontar-se com a ideia de que a família é harmônica, com um mesmo interesse e representada pelo pai/marido.

Considerar que cada integrante da família tem seus próprios desejos e interesses e criar condições para que estes se expressem e sejam negociados em condições as mais igualitárias possíveis pressupõe olhar para os conflitos e contradições presentes nas relações de gênero na família, na comunidade e na relação com o mercado e o Estado. São muitos os relatos de conflitos e oposição direta dos homens quanto ao uso do tempo (sobrecarga das mulheres) e dos recursos (delimitação de espaço, uso da água, da energia...)

Os **processos coletivos** de tomada de consciência e enfrentamento dos conflitos protegem as mulheres e têm maior possibilidade de continuidade ao longo do tempo. A auto-organização das mulheres em âmbito local se fortalece por sua **articulação** com o movimento feminista em âmbito nacional e internacional. A agenda se amplia, novos temas e abordagens são incorporados na análise e experiência de lutas e convivência materializa o feminismo. Da mesma forma sua participação em processos políticos territoriais e em redes nacionais mistas permite inserir suas propostas em âmbitos mais amplos, além de nos desafiar a ampliar nossa atuação como é o caso no Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PLANAPO).

As agricultoras são sujeitos no processo de acompanhamento quando seus conhecimentos, análises, propostas são consideradas desde o planejamento. Isto implica em não só criar momentos de escuta, mas dar consequência ao que é falado. É importante perceber a diversidade de experiências entre as mulheres. O termo agricultura familiar foi um avanço em relação à nomeação de “pequeno produtor”. Porém ele muitas vezes é usado com base em um modelo típico de família, de organização do trabalho e de relação com a natureza. Existem muitos outros arranjos familiares, de organização do trabalho e gestão, por exemplo aqueles presentes em comunidades tradicionais, na agricultura urbana e em associações coletivas. Um passo importante é considerar além das relações de gênero e classe, as relações de raça/etnia como estruturantes da desigualdade em nossa sociedade.

As metodologias de agricultoras-experimentadoras, multiplicadoras agroecológicas, campesina a campesina que se baseiam no fortalecimento das agricultoras e no **intercâmbio** são adequadas a considerar as mulheres como sujeitos. As técnicas também devem colocar os **conhecimentos** que têm na roda (e sempre aprender mais): como a ciência formal explica ou não explica os processos que as agricultoras descrevem, como as tecnologias da agricultura industrial funcionam, como tecnologias desenvolvidas por populações tradicionais ou outras experimentadoras respondem a problemas que vão aparecendo pelas mudanças no ambiente ou pelo aumento da produção para a comercialização. Ou seja, superar a separação entre técnico e

político e demonstrar como as técnicas utilizadas são decorrentes de escolhas políticas.

A assessoria processual tem seus **tempos**, que na maioria das vezes não é o tempo dos projetos de financiamento. É importante construí-la com uma perspectiva de médio e longo prazo, sem no entanto criar uma relação de dependência do grupo. A assessoria tem diferentes intensidades ao longo do tempo. Também é importante situar-la no **território**: os desafios colocados pelo bioma e sua interação com a população ao longo da história, bem como, as características políticas, culturais e sociais. O exercício de materializar outro território implica, por exemplo, em práticas como utilizar produtos e serviços da economia solidária e da agroecologia.

A assessoria processual às agricultoras com uma perspectiva feminista e agroecológica deve ter o protagonismo das mulheres também na equipe técnica. A vivência de enfrentamento permanente do machismo pelas técnicas (e em todas as dimensões de sua vida) estabelece uma base comum com a vivência das agricultoras que nos fortalece a todas na experimentação de outras práticas. A existência de espaços onde as técnicas possam refletir sobre as contradições de gênero que vivenciam auxilia muito este processo. Além de buscar apoios complementares pois as técnicas têm que trabalhar com uma série de questões que não se sentem preparadas. Este é o caso das situações de violência doméstica que muitas vezes é percebida pela assessoria técnica processual antes mesmo que o movimento de mulheres ou social atuante na área possa percebê-las.

É necessário manter programas de sensibilização sobre relações de gênero na agricultura/feminismo e agroecologia na equipe técnica mista, composta por mulheres e homens. Além de um monitoramento permanente das ações das organizações mistas para promover a igualdade de gênero.

A sistematização do acompanhamento processual é fundamental para darmos saltos de qualidade em nossas experiências e ampliar seu alcance. As sínteses de processos têm maior profundidade quando são feitas em diálogo com outras organizações (que atuam em processos semelhantes ou não).

As políticas públicas de ATER têm como origens um caráter difusionista (difusão de tecnologia da “revolução verde”/agricultura industrial), vertical (na relação entre extensionista e agricultor e na centralização do sistema EMBRATER) e de reforço à divisão sexual do trabalho (como as mulheres poderiam ser mães modernas). O governo Collor no auge do neoliberalismo desmontou o sistema existente. Em 2003 o governo Lula reconstrói uma política de ATER (PNATER) com participação popular e em outras bases:

pública e gratuita, direito universal e progressivamente se abrindo para outras matrizes tecnológicas. A PNATER inclui o objetivo de promoção da igualdade de gênero.

A política de ATER se concretiza por meio de chamadas públicas que têm sido respondidas por ONG's, cooperativas de técnicas e técnicos e empresas públicas (EMATER's) e privadas. As chamadas vão sendo aperfeiçoadas pela avaliação de suas execuções, mas ainda persiste o desafio da fragmentação, sobreposições e do controle da gestão pelas trabalhadoras e trabalhadores.

O comitê gestor do Programa de Organização Produtiva de Mulheres Rurais tem sido o espaço de construção e aprimoramento da ATER para mulheres. Foi realizado o levantamento das demandas das mulheres (qualificação das demandas) e foi construída a proposta de que nas chamadas de ATER Agroecologia 50% do público são mulheres, 30% dos recursos sejam destinados a atividades específicas com as mulheres e que ao menos 30% das equipes técnicas sejam formadas por mulheres. Esta proposta foi bastante debatida e envolveu uma grande mobilização para ser aprovada na II Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável. Agora inicia-se a execução das primeiras chamadas realizadas desta forma.

Definimos propostas para a formação das equipes planejada pelo MDA e de instrumentos para a caracterização da Unidade de Produção Familiar (UPF's). Como espaços de intervenção e acompanhamento da política pública além do comitê gestor, onde a REF segue representada, identificamos os grupos de trabalho da CNAPO e o GTO da PNATER. Nos propusemos a continuar a sistematização sobre nossas experiências de ATER com mulheres e a reflexão conjunta entre REF e GT de Mulheres da ANA. Além de avançar em propostas de formação em feminismo e agroecologia para técnicas e para equipes mistas de ATER.